



244ª Sessão

Recurso CRSNSP nº 7204

Processo nº 15414.004490/2012-71

RECORRENTE: FABIANE RESCHKE

RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP

RELATOR: THOMPSON DA GAMA MORET SANTOS

**EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO.** Representação. Diretora Responsável pelas Relações com a SUSEP. Não envio dos Quadros 322 e 324 do FIP de agosto de 2012 no prazo previsto. Responsabilidade subjetiva não devidamente comprovada. Recurso conhecido e provido.

PENALIDADE ORIGINAL: Advertência.

BASE NORMATIVA: Art. 20 da Circular Susep nº 364/2008 c/c Manual de Preenchimento do FIP/SUSEP,

---

## ACÓRDÃO CRSNSP 6218/2017

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, dar provimento ao Recurso da Senhora Fabiane Reschke.

Julgamento iniciado na 243ª Sessão de Julgamento. Após as manifestações orais da Representante Legal da Recorrente, Dra. Suelly Molina Valadares Lacerda Rocha, e do Representante da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Dr. José Eduardo de Araújo Duarte, o Conselheiro Relator, Dr. Thompson da Gama Moret Santos votou pelo provimento do recurso. Em seguida, a Conselheira Juliana Ribeiro Barreto Paes solicitou vista dos autos. Reiniciado o julgamento na 244ª sessão, a Conselheira Juliana Ribeiro Barreto Paes votou como o Relator, assim como os demais.

Participaram do julgamento na 244ª sessão os Conselheiros Ana Maria Melo Netto Oliveira, Paulo Antonio Costa de Almeida Penido, Thompson da Gama Moret Santos, Marco Aurélio Moreira Alves, Juliana Ribeiro Barreto Paes e Valéria Camacho Martins Schmitke. Presentes os Senhores Representantes da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Drs. José Eduardo de Araújo Duarte, Euler Barros Ferreira Lopes e Andre Luiz Carneiro Ortegá, a Secretária Executiva, Senhora Cecília Vescovi de Aragão Brandão, e a Secretária Executiva Adjunta, Senhora Theresa Christina Cunha Martins.

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 2017.

**ANA MARIA MELO NETTO OLIVEIRA**

Presidente



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0067876** e o código CRC **6B368D7D**.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização

Gabinete do Conselheiro Thompson da Gama Moret Santos

Boletim de Serviço Eletrônico em 26/06/2017

**Recurso CRSNSP nº 7204**

**Processo nº 15414.004490/2012-71**

**RECORRENTES:** FABIANE RESCHKE

**RECORRIDO:** Superintendência de Seguros Privados – SUSEP

**RELATOR:** Thompson da Gama Moret Santos

## RELATÓRIO

1. Cuida-se de recurso interposto por Fabiane Reschke, diretora responsável pelas relações com a SUSEP da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A., que combate a decisão proferida pelo chefe da CGJUL (fl. 81), aplicando-lhe a seguinte sanção:

pena de advertência, prevista no art. 3º da Resolução CNSP nº 243/2011.

2. Tal decisão tem por base a Representação (fls. 8 e 9) formulada contra a aludida diretora, ora Recorrente, e também com fundamento no PARECER SUSEP/DIFIS/CGJUL/COAIP/Nº 515/14 (fls. 65-71) e no PARECER/PF-SUSEP/SCADM/ Nº 543/14 (fls. 72-79), nos quais é apontada a seguinte irregularidade:

Não envio dos Quadros 322 e 324 do FIP de agosto de 2011 no prazo previsto.

Dispositivo Infringido: art. 2º, Circular SUSEP nº 364/2008 c/c Manual de Preenchimento do FIP.

3. Através do aludido parecer, o analista técnico opina pela subsistência da Representação (§ 15, fl. 70), vez que a materialidade da infração guarda relação com as atribuições do cargo então ocupado pela Representada (§ 6º, fl. 67) e o exercício do cargo de diretor responsável técnico pressupõe uma atuação suficientemente diligente a ponto de obstar a ocorrência de fatos tais como os que aqui são objeto de análise. Nesse sentido, a defesa não logrou demonstrar que, no caso concreto, estaria totalmente fora do alcance do Representado evitar o envio extemporâneo do FIP (§ 8º, fls. 67 e 68).

4. Esclarece o analista (§ 8º, fl. 68) que é de se reconhecer que o Representado, a seu nível, podia e devia ter tomado as devidas cautelas (especialmente em termos de controle interno) para impedir a ocorrência da infração.

5. Notificada do seu direito de interpor recurso em 09/11/2015 (fl. 92), contra ela se insurge a Recorrente em 09/12/2015 (fls. 93-117), requerendo o arquivamento da Representação e, alternativamente, a convalidação da sanção em recomendação.
6. A representação da PGFN neste Conselho (fls. 123-125) expressa juízo positivo de conhecimento e negativo de provimento ao Recurso.
7. É o relatório.

Thompson da Gama Moret Santos – Conselheiro Relator.



Documento assinado eletronicamente por **Thompson da Gama Moret Santos, Conselheiro(a)**, em 26/06/2017, às 12:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0016589** e o código CRC **C95795CB**.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização

Gabinete do Conselheiro Thompson da Gama Moret Santos

**Recurso CRSNSP nº 7204**

**Processo nº 15414.004490/2012-71**

**RECORRENTES:** FABIANE RESCHKE

**RECORRIDO:** Superintendência de Seguros Privados – SUSEP

**RELATOR:** Thompson da Gama Moret Santos

**EMENTA:** Representação. Diretora Responsável pelas Relações com a SUSEP. Não envio dos Quadros 322 e 324 do FIP de agosto de 2012 no prazo previsto. Responsabilidade subjetiva não devidamente comprovada. Recurso conhecido e provido.

### VOTO DO RELATOR

1. Por ser tempestivo (fls. 92 e 93) e por atender as formalidades (fls. 88 e 117) que dele se exigem, **conheço** do Recurso.

2. No mérito, compulsando os autos do presente processo, me reporto aos termos do PARECER SUSEP/DIFIS/CGJUL/COAIP/Nº 515/14 (fls. 65-71) e do PARECER/PF-SUSEP/SCADM/ Nº 543/14 (fls. 72-79). Segundo os aludidos termos do parecer, e considerando também os documentos acostados aos autos do processo em epígrafe, não restou devidamente comprovada a responsabilidade subjetiva da Recorrente relativamente à infração apurada, assim, não foi devidamente comprovado o descumprimento, pela aludida diretora, do disposto no art. 2º, Circular SUSEP nº 364/2008 c/c Manual de Preenchimento do FIP.

3. Tais fatos deram origem à Representação (fls. 8 e 9), referente à irregularidade mencionada, relativa ao não envio dos Quadros 322 324 do FIP de agosto de 2012 no prazo previsto.

4. Em que pese que o caráter pedagógico da resposta da SUSEP possa servir de estímulo à atuação diligente por parte dos administrados de entidades supervisionadas, ousou fazer um destaque sobre o entendimento do analista técnico, pois, o caso em tela trata de responsabilização de diretor da sociedade, matéria complexa que exige toda cautela possível e a devida comprovação.

5. Destaco que, data vênia, em suas razões de mérito, o analista fundamenta seu entendimento com base em sua opinião, não a comprovando, como claramente exposto, *in verbis*:

(§ 8º da fls. 67 e 68)

o exercício do cargo de diretor responsável pela relações com a SUSEP pressupõe uma atuação suficientemente diligente a ponto de obstar a ocorrência de fatos tais como os que aqui são objeto de análise.

6. Assim, em linha com este Egrégio Conselho – vide, por exemplo, o voto do recurso 4994, julgado na 206ª Sessão –, entendo que a imputação de responsabilidade a pessoas físicas pressupõe a identificação de elemento subjetivo, isto é, verificação de ação com dolo ou culpa, ou ainda de omissão que tenha ocorrido para cometimento da aludida infração, o que não ocorreu no caso em tela, tendo o fundamento do mérito da infração apurada e apenas baseada somente se baseado na opinião do analista, sem a devida comprovação da responsabilidade subjetiva da Recorrente.

7. Por todo o exposto, voto para **conhecer** do presente recurso e para **dar-lhe provimento**.

8. É o voto.

Thompson da Gama Moret Santos – Conselheiro Relator.



Documento assinado eletronicamente por **Thompson da Gama Moret Santos, Conselheiro(a)**, em 21/08/2017, às 11:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0016596** e o código CRC **8D47CD35**.



Documento assinado eletronicamente por **Theresa Christina Cunha Martins, Secretário-Executivo Adjunto**, em 01/09/2017, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0074745** e o código CRC **03F66E3C**.